

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2018

(Do Sr. JÚLIO DELGADO)

Requer aos Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente informações sobre a situação das barragens de mineração no país.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações aos Srs. Ministros de Minas e Energia e do Meio Ambiente, no sentido de esclarecer esta Casa quanto à situação das barragens de mineração no país.

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil vem assistindo, estarrecido e impotente, ao rompimento de barragens de rejeitos de mineração, com impactos severos ao meio ambiente e às populações atingidas. O desastre ocorrido com a barragem de Fundão, da Samarco Mineração, em Mariana/MG, no fim de 2015, certamente constituiu o exemplo mais eloquente desse descalabro. O que espanta é que isso continua a ocorrer mesmo após o advento da Lei nº 12.334, de 2010, que estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens.

Outro motivo para espanto é que essa tragédia ocorreu de novo em Minas Gerais, estado marcado por desastres desse tipo, e que, após os acidentes registrados nos municípios de Itabirito, Nova Lima e Cataguases, e também em decorrência da lei federal citada e de outras normas legais e infralegais, federais e estaduais, implantou e opera sistema de fiscalização

ambiental considerado modelo para todo o país. Mas, ao que parece, tudo isso não vem sendo suficiente para evitar tragédias como essas.

Recentemente, em 20/03/2018, o jornal Estado de Minas noticiou que outra barragem, desta vez no município de Rio Acima, também corre risco de rompimento. A pergunta que não quer calar é: após o desastre de Mariana, o que foi feito na prática para evitar esse tipo de desastre? Pelo visto, nada. É necessário saber a situação em que se encontram as barragens de rejeitos em Minas Gerais e em todo o Brasil, se houve alguma mudança nos procedimentos de licenciamento e fiscalização, quantas multas foram aplicadas e efetivamente pagas, quais estruturas e comunidades correm maior risco etc.

Ora, no caso das barragens de rejeito, o art. 5º da Lei da Política Nacional de Segurança de Barragens determina que a fiscalização da segurança de barragens caberá, sem prejuízo das ações fiscalizatórias dos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), *“à entidade outorgante de direitos minerários para fins de disposição final ou temporária de rejeitos”* (inciso III).

Desta forma, vimos solicitar que os Srs. Ministros de Minas e Energia e do Meio Ambiente possam dar informações de modo a esclarecer esta Casa quanto à situação atual das barragens de mineração no país e quais medidas estão sendo adotadas para evitar que tragédias semelhantes voltem a ocorrer.

Sala das Sessões, em de de 2018.

Deputado JÚLIO DELGADO